



**Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

**ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE LAGOA – AÇORES, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010**

**ACTA Nº 07/2010**

Aos vinte e três dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, pelas quinze horas, teve início a sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário da Mesa Susana Maria Goulart Pereira da Costa e do Segundo - Secretário Anabela da Silva Calisto.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas tardes a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Susana Maria Goulart Pereira da Costa; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Gilberto Gouveia Branquinho; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Rosa Maria Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Pedro Miguel da Silva Monteiro; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Leonel da Rosa da Silveira; Cláudia Maria Medeiros Galego; André Carvalho Almeida e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar pelos Vereadores: Fernando Jorge Ventura Moniz; Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

Estiveram presentes os cidadãos José Fernando Carneiro Sousa e Jorge Amaral Borges, moradores na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, que assistiram à sessão, tendo usado da palavra, no período de intervenção aberto ao público, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que atendendo que foram enviadas cópias das actas aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, que fosse dispensada a leitura das actas, o que foi aceite, por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da quarta sessão ordinária, do dia 23 de Setembro de 2010 e a acta da sessão Solene, do dia 15 de Outubro de 2010.

As actas foram aprovadas, por unanimidade, dos vinte membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 24 de Setembro a 23 de Novembro de 2010 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Gilberto Gouveia Branquinho e Pedro Miguel da Silva Monteiro foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão Solene de 15 de Outubro de 2010.

Pelos membros: Leonel da Rosa da Silveira; Cláudia Maria Medeiros Galego; André Carvalho Almeida e Albertina Maria da Costa Oliveira foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 23 de Novembro de 2010.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

#### **PROTESTO:**

O membro Paulo Jorge Borges na sua intervenção deu as boas tardes a todos os presentes e referiu que iria apresentar mais uma vez um Protesto, em seu nome e dos membros: Rosa Borges e Francisco Vieira, à semelhança do que tem vindo a acontecer nas últimas sessões, que leu e abaixo se transcreve:

#### **"Protesto**

De acordo com o Art 21º do Regimento desta Assembleia Municipal a Mesa da Assembleia é composta apenas por um Presidente que é o Presidente da Assembleia, um 1º secretário e um 2º secretário, não sendo pois justificável que o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal em exercício tenha assento na mesma, pois isto viola o disposto no Regimento.

Conforme o Art. 35º do Regimento a Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia mas definitivamente não pode fazer parte da Mesa.

Esteja pois com dignidade numa mesa separada e não contigua com a Mesa da Assembleia.

A regularização desta situação ilegal foi solicitada na reunião da Assembleia Municipal no dia 17 de Dezembro de 2009, apresentado um protesto nas reuniões de 26 de Fevereiro de 2010, 27 de Abril de 2010, 1 de Junho de 2010 e 23 de Setembro de 2010.

Não tendo esta sugestão, sido aceite pela Mesa, voltamos a protestar e a pugnar para que seja reposta a legalidade.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

### **PROTESTO:**

O membro Paulo Jorge Borges apresentou o Protesto, em seu nome e dos membros: Rosa Borges e Francisco Vieira, que leu e abaixo se transcreve:

#### **“Protesto**

Existe uma notícia no Portal da Câmara Municipal de Lagoa (Açores), com data de 28 Setembro de 2010, intitulada “Cabouco é bom exemplo da importância do Poder Local” que contém informação que não corresponde à verdade daquilo que se passou na reunião da Assembleia Municipal de 23 de Setembro de 2010 e que passo a transcrever parte da mesma:

*“A concluir, João Ponte aproveitou ainda a ocasião para referir o facto de ter sido criticado pela oposição na última Assembleia Municipal pelo facto da Câmara Municipal de Lagoa, suportada por um partido laico e socialista, apoiar a Igreja com a construção de Treatros do Espírito Santo, pela realização de obras na Igreja do Rosário, por ter apoiado já a Igreja de Água de Pau, e pelo facto de estar a lançar esta medalha comemorativa.*

*“Fui criticado de alguma forma por isso mas julgo que não deve haver qualquer espanto ou qualquer admiração nesta matéria porque independentemente da minha filiação partidária sou presidente de todos os lagoenses e onde houver necessidade de intervenção da Câmara, a mesma tem de estar presente”, afirmou, acrescentando que este é o papel das Câmaras, que devem estar ao lado das instituições que solicitam, “porque acima de tudo estamos a servir a mesma comunidade, sendo fundamental este tipo de cooperação e de intervenção que eu defendo e vou continuar a fazer enquanto for Presidente da Câmara Municipal de Lagoa”.*

Confrontado com esta situação, como Deputado Municipal abordei telefonicamente no dia 1 de Outubro de 2010 o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. João Manuel Sousa, relatando-lhe o conteúdo da notícia e solicitando, uma vez que estava em causa a verdade de factos ocorridos em reunião da Assembleia Municipal, que a situação fosse regularizada, nomeadamente com a correcção da notícia e com uma nota de esclarecimento. Informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que se iria elucidar sobre assunto e ter em consideração a minha preocupação na resolução do meu pedido e que posteriormente me informaria do desenlace da situação. No dia 15 de Outubro, após a Sessão Solene da Assembleia Municipal, enquanto decorria o convívio/beberete que se seguiu à Sessão Solene fui informado a sós pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que não existia razão para a referida notícia ser rectificadora no portal da Câmara Municipal porque, segundo lhe tinha informado o Senhor Presidente da Câmara, o que estava noticiado correspondia á

interpretação que o Presidente da Câmara Municipal tinha feito sobre aquilo que eu, enquanto Deputado Municipal da Oposição, tinha dito na referida reunião de Assembleia Municipal.

Apesar de reconhecer a abertura do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para a resolução de um pedido feito, mesmo que oralmente por um Deputado desta Assembleia, lamento profundamente que tenha ficado satisfeito com a parca justificação que lhe foi dada, com a qual não fiquei, como se pode constatar por este Protesto enquanto seu primeiro subscritor nem aos restantes Deputados Municipais que a subscrevem, uma vez que continua a ser veiculada uma notícia falaciosa no portal oficial da Câmara Municipal sobre algo que se passou numa reunião de Assembleia Municipal.

Deste modo, os Deputados Municipais abaixo-assinados protestam e pugnam para que seja reposta a verdade e que situações destas não se repitam.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

#### **Entrou o membro Vasco Garcia.**

#### **ASSUNTOS DIVERSOS:**

O membro Roberto Oliveira deu as boas tardes a todos os presentes e referiu que nos últimos tempos, sempre que se ouve o Senhor Presidente da Câmara Municipal falar na imprensa, ouve-se falar de corte nas despesas. Primeiro foi o diferendo com os Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, depois foram os cortes no apoio ao Rally e opinou que foi exagerado, porque o Grupo Desportivo Comercial tem a sua sede no Concelho de Lagoa, os cortes nos apoios aos Clubes de Futebol, na Festa da Juventude, o cancelamento da Festa da Caloura e a iluminação do Natal. Expôs que com certeza o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve as suas razões e questionou se na Câmara Municipal têm sido feitos alguns ajustamentos internamente, pois gostaria de saber.

Questionou ainda qual a filosofia que a Câmara Municipal teve para abertura do concurso para exploração do Restaurante do Porto dos Carneiros porque como é do conhecimento de todos, a restauração na Lagoa está a passar por um período menos bom e como o Senhor Presidente da Câmara costuma dizer “a Câmara faz aquilo que os outros não são capazes de fazer” e opinou que este assunto pareceu-lhe despropositado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos os presentes na Assembleia Municipal e respondeu que na proposta apresentada do Orçamento para o ano de 2011, estão as respostas de forma clara e objectiva, à primeira questão colocada.

Sobre a segunda questão, respondeu que foi uma opção da Câmara Municipal. A Câmara levou mais de um ano a recuperar aquele espaço para a posse do Município. Foram feitos alguns contactos e foi decidido que o melhor seria lançar a concurso a exploração do

Restaurante do Porto dos Carneiros. As regras do concurso foram claras e o prazo para apresentação de propostas termina, no próximo dia 30 de Novembro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

**Entrou o membro Pedro Monteiro.**

#### **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

#### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou para apreciação a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram disponibilizados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Vasco Garcia apresentou cumprimentos a todos os presentes e referiu que em primeiro lugar pedia desculpas pelo atraso.

Em relação à Informação sobre a Actividade Camarária, expôs que reconhece que tem muita actividade importante mas gostaria de chamar a atenção para três pontos: Primeiro teve dúvidas no que diz respeito à Gestão dos Campos Municipais, aquelas instalações desportivas tinham uma verba atribuída de 250.000,00 € e passarão para a tutela da Empresa Municipal de Lagoa e questionou se houve algum reforço de verba para aquela Empresa Municipal e como será feita a gestão através da Empresa Municipal.

No segundo ponto, referiu que lhe agrada muito salientar no que diz respeito ao assunto dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa, como costuma chamar porque têm a responsabilidade no Concelho de Lagoa e foi com prazer que viu na Informação apresentada, a forma como foi descrita a actividade que tiveram no Concelho e a visita efectuada às instalações daquela Associação. Sublinhou que se colocou um ponto final no diferendo que houve. Informou que a Associação está com um problema complicado de ambulâncias e oficiou na qualidade de Presidente da Direcção daquela Associação ao Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitando apoio para aquisição de uma ambulância. Referiu que lhe é muito grato manifestar nesta sessão da Assembleia Municipal, o agradecimento pela resposta que o Senhor Presidente da Câmara lhe enviou e que acompanhou um outro ofício que foi enviado ao Senhor Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos e que mostrou o apoio inequívoco e firme da Câmara Municipal de Lagoa, às necessidades de veículos de emergência médica. Citou uma frase do referido ofício "... facilmente se constata que o número de veículos de emergência médica per capita é manifestamente inferior aos de outros Concelhos, como é o caso da Ribeira Grande".

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD gostaria que ficasse registado, o apreço por esta posição que é importante para a solução de um problema que é das populações.

O terceiro ponto está relacionado com o assunto, Câmara Municipal e Paróquia de Água de Pau realojou uma família. Referiu que há uma situação que não pode deixar de manifestar, a sua surpresa e uma certa censura, no sentido construtivo e não de estar a criar quaisquer problemas ou atritos e citou "O Presidente da Câmara Municipal disse que o seu executivo não está preocupado, como a oposição do PSD na Câmara, se a Autarquia tem ou não alvará para fazer as obras que têm sido feitas de recuperação de habitação degradada ...". Expôs que, em sua opinião, isto não deveria ficar registado naquela Informação e que a Câmara Municipal tem que estar preocupada em fazer as coisas nos termos legais.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o membro Vasco Garcia apresentou uma questão e dois registos. Registou as palavras em relação ao assunto dos Bombeiros e também vai registar a censura, no sentido construtivo e positivo. Em relação à gestão dos Campos Municipais referiu que de facto a ideia inicial da Câmara Municipal foi a de reassumir a gestão dos Campos e poder vir a delegar na Empresa Municipal de Lagoa. Depois de algumas reuniões com as Direcções dos Clubes, a Câmara Municipal decidiu manter a situação, em 2011, tal como estava em 2010 e não vai haver alterações, em relação a esta matéria.

O membro Vasco Garcia questionou se a verba vai ser reforçada.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que no 1º Semestre do ano de 2010, as verbas eram de 35.000,00 € para a comparticipação das despesas com a gestão e manutenção do Campo de Jogos Municipal João Gualberto Borges Arruda e 25.000,00 € para a comparticipação das despesas com a gestão e manutenção do Campo de Jogos Municipal Mestre José da Costa Leste.

O membro Paulo Jorge Amaral Borges referiu que é costume fazer sempre algumas intervenções sobre a Informação da Actividade Camarária, mas hoje vai ser mais sucinto, propôs à mesa da Assembleia Municipal um Voto de Protesto, para ser votado, que leu e abaixo se transcreve:

#### "Voto de Protesto

Em várias reuniões da Assembleia Municipal os Deputados Municipais do PSD têm apontado diversas incongruências nos documentos referentes à informação das actividades desenvolvidas pela Câmara Municipal. O presente documento não foge à regra e a propósito da actividade intitulada "Cabouco é bom exemplo da importância do Poder Local" transcreve-se o seguinte: *"A concluir, João Ponte aproveitou ainda a ocasião para referir o facto de ter sido criticado pela oposição na última Assembleia Municipal pelo facto da Câmara Municipal de Lagoa, suportada por um partido laico e socialista, apoiar a Igreja com a construção de*

*Treatros do Espírito Santo, pela realização de obras na Igreja do Rosário, por ter apoiado já a Igreja de Água de Pau, e pelo facto de estar a lançar esta medalha comemorativa.*

*"Fui criticado de alguma forma por isso mas julgo que não deve haver qualquer espanto ou qualquer admiração nesta matéria porque independentemente da minha filiação partidária sou presidente de todos os lagoenses e onde houver necessidade de intervenção da Câmara, a mesma tem de estar presente", afirmou, acrescentando que este é o papel das Câmaras, que devem estar ao lado das instituições que solicitam, "porque acima de tudo estamos a servir a mesma comunidade, sendo fundamental este tipo de cooperação e de intervenção que eu defendo e vou continuar a fazer enquanto for Presidente da Câmara Municipal de Lagoa".*

Esta informação não corresponde à verdade daquilo que se passou, não sendo admissível que seja perpetuada em documentação oficial. Neste sentido protestamos pela forma como o actual Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, o Eng. João Ponte, redigiu o documento "Informações das actividades desenvolvidas no período compreendido entre 15/09/2010 e 12/11/2010".

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos contra dos membros do PS, cinco votos a favor dos membros: Vasco Garcia; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira; Rosa Borges e Pedro Monteiro e duas abstenções dos membros: Roberto Oliveira e António Augusto Borges, dos vinte e dois membros presentes, não aprovar o Voto de Protesto apresentado.

O membro Roberto Oliveira referiu que o membro Vasco Garcia disse "Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa" e comentou que ele foi muito simpático, mas se um dia alguém se lembrasse de alterar a designação da AHBVPD - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, seria muito complicado. Há muitos Lagoenses que aspiram ter uma delegação ou um quartel de Bombeiros no Concelho de Lagoa e até há quem defenda que o Concelho de Lagoa como vai ser Cidade, seria mais um motivo para ter um quartel. Solicitou a opinião, sobre este assunto, do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do Senhor Presidente da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada. Solicitou ainda informação sobre o Protocolo que foi celebrado entre as duas entidades.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que o Protocolo celebrado entre o Município de Lagoa e a AHBVPD foi no montante de 30.000,00 €. Foi uma compensação atribuída àquela Associação, pelos serviços que presta ao Concelho de Lagoa e é intenção da Câmara Municipal manter, em 2011, o mesmo valor atribuído em 2010. Foi este o compromisso assumido, aquando da visita àquelas instalações, face aos relevantes serviços que aquela Associação presta ao Concelho de Lagoa.

Mais informou que, dada a proximidade e as boas ligações da rede viária que o Concelho de Lagoa tem com Ponta Delgada, em sua opinião, é mais importante a Associação dos Bombeiros de Ponta Delgada estar devidamente apetrechada, do que criar novas instalações que depois será necessário mais pessoal e mais equipamentos, que às vezes já faz falta em Ponta Delgada e na Delegação dos Ginetes. Nesta fase não é possível e numa racionalização de custos, entende que não faz muito sentido falar nisso, talvez num outro quadro financeiro não se oponha, como já defendeu no passado.

O membro Vasco Garcia referiu que compreende a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, esta é uma matéria que já tem sido falada e há um realismo que tem que estar presente. Uma Delegação no Concelho de Lagoa, tendo por base o que custa a Delegação dos Ginetes, seria cerca de meio milhão de euros por ano, sem contar com o custo das instalações. Concorde com o Senhor Presidente da Câmara quando disse que é mais lógico numa época de contenção como a que temos, dar melhor apetrechamento à AHBVPD para que possam chegar com qualidade aos locais, do que criar uma nova Delegação.

Quando referiu Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada e Lagoa foi porque tem consultado muitos sócios e muitos não seriam contra esta ideia, embora alguns defendam que deveria haver duas Corporações. Entende que, pelo menos, nos próximos dez anos não será possível criar uma Corporação de Bombeiros no Concelho de Lagoa, porque tem muitos encargos e a base de sócios para a criação dessa Corporação não será assim tão grande, há que fazer a gestão dos recursos com algum cuidado e prudência, atendendo às dificuldades que se avizinham e que serão difíceis para o país. Concluiu, declarando a excelente colaboração que existe entre a AHBVPD e as Câmaras Municipais quer de Lagoa quer de Ponta Delgada.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que também está de acordo com a posição do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do membro Vasco Garcia.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que ficou de dar duas informações às questões colocadas, pelo membro Roberto Oliveira, na sessão de Setembro, em relação ao mapa dos resultados, anexo ao Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira Semestral.

Sobre a diferença verificada, nos custos e perdas extraordinárias, comparando os períodos de 2010 com 2009, informou que foi devido à venda dos lotes de terreno, em Água de Pau e à transferência de verbas para a Empresa Municipal de Lagoa que foram classificadas por despesa de capital, quando no ano de 2009 foram classificadas por despesa corrente.

Sobre a diferença dos custos com o pessoal, comparando o primeiro semestre de 2010, com o primeiro semestre de 2009, informou que se verificou devido à política que tem sido adoptada de promoção do emprego local, através da contratação de trabalhadores ao abrigo dos Programas PROSA e CTTS que a Direcção Regional do Trabalho tem disponíveis. No caso do



PROSA a Câmara Municipal assume os encargos com a Segurança Social e no caso dos CTTS a Câmara Municipal assume a diferença entre o subsídio de desemprego que os trabalhadores recebem e o vencimento da carreira para o qual são contratados. A Câmara Municipal tem utilizado esses Programas porque entende que é importante e promove o emprego local, com pessoas que estão a receber subsídio de desemprego, que passam a produzir e a trabalhar no seu Concelho. Mais informou que têm sido colocados trabalhadores, ao abrigo desses Programas, em Instituições, Creches, Juntas de Freguesia e Escolas do Concelho e são um contributo importante que a Câmara Municipal dá a essas Entidades.

Informou ainda, que a 12 de Novembro de 2010, no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal existia 119 trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado e 6 com contrato de trabalho a termo, o que totaliza 125 trabalhadores. Ao abrigo daqueles Programas são 62 trabalhadores do Prosa e 14 do CTTS, o que totaliza 76 trabalhadores que representam 60% dos trabalhadores do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal. A Câmara Municipal de Lagoa é uma das Câmaras Municipais da Ilha que mais utiliza estes Programas, o que tem permitido executar obras por administração directa. O recurso a estes trabalhadores tem sido importante porque criamos emprego local e desenvolvemos pequenas obras por administração directa, daí o aumento das despesas com pessoal, no primeiro semestre de 2010, em relação ao mesmo período de 2009.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que ontem decorreu a 6ª reunião da Comissão Mista de Coordenação da Revisão do Plano Director Municipal de Lagoa e foi aprovado o parecer final da CMC. O processo vai para discussão pública e provavelmente, na sessão de Abril de 2011, será presente para aprovação da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## **PONTO Nº 2 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DA REVISÃO DO CONTRATO – PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES E A EMPRESA MUNICIPAL DE LAGOA:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Alteração da Revisão do Contrato-Programa, celebrado entre o Município de Lagoa-Açores e a Empresa Municipal de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Por proposta apresentada em reunião Camarária de 26 de Fevereiro de 2010, a Assembleia Municipal em sua sessão ordinária realizada no dia 26 de Fevereiro de 2010, deliberou, aprovar a Revisão do Contrato – Programa, celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa, em 9 de Junho de 2008.

O Contrato ARAAL de Colaboração entre a Região Autónoma dos Açores e a Câmara Municipal de Lagoa, o qual tem por objecto a concretização do apoio financeiro à obra de construção

das caves do Parque Tecnológico, no Concelho de Lagoa, foi assinado em 28 de Julho de 2010 e publicado na II Série, nº 151, de 9 de Agosto de 2010, o que se traduz no subsidiamento da referida obra.

No aludido Contrato ARAAL que fica anexo à presente proposta, foi alterada a redacção inicial da Cláusula 3ª Processamento, passando a mesma a ter a seguinte redacção:

1. O processamento da comparticipação financeira referida na cláusula anterior a favor da Câmara Municipal de Lagoa será efectuado do seguinte modo:

- Em 2010, após aprovação da candidatura no PROCONVERGÊNCIA e em função da entrega na Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais dos documentos comprovativos da despesa, até ao limite máximo de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros);
- Em 2011, até ao limite máximo de € 2.498.882,32 € (dois milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos) e em função da entrega na Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais dos documentos comprovativos da despesa.

Tendo em conta o Contrato ARAAL acima referido e a fim de adequar a redacção da (Cláusula 6ª – A) do contrato programa celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

**1º** - Proceder à alteração da referida (Cláusula 6ª – A) que, entre outros aspectos, regula a concessão de apoios financeiros que visam subsidiar a obra de Construção das Caves do Parque Tecnológico, no Concelho de Lagoa, passando a mesma a ter a seguinte redacção:

**“Cláusula 6ª - A**

**1** - A EML obriga-se à Construção das Caves do Parque Tecnológico, no Concelho de Lagoa.

**2** - O Município de Lagoa autoriza que a construção referida no número anterior seja realizada através das Portas da Lagoa – Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A. devendo a mesma estar concluída até ao final de 2011.

**3** - Compete à EML a fiscalização da execução do contrato da empreitada da obra e assegurar os meios financeiros para a sua execução.

**4** - Para o efeito referido na parte final da alínea anterior a CML transferirá para a EML a comparticipação financeira no montante global de € 4.498.882,32 (quatro milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos) e à medida que a mesma for processada pelo Governo Regional dos Açores, a fim de subsidiar a obra em causa, de acordo com a seguinte calendarização:

- Em 2010, após aprovação da candidatura no PROCONVERGÊNCIA e em função da entrega na Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais dos documentos comprovativos da despesa, até ao limite máximo de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros);

- Em 2011, até ao limite máximo de € 2.498.882,32 € (dois milhões quatrocentos e noventa e oito mil oitocentos e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos) e em função da entrega na Direcção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais dos comprovativos da despesa.

**5** - A EML obriga-se a assegurar que sejam entregues à CML os documentos justificativos da execução física e financeira da obra, bem como a conta final e as recepções provisória e definitiva da obra e a apresentação de um relatório final de execução do empreendimento.”

**2º** Aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a presente deliberação;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.”

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Assembleia Municipal, na sua sessão de 26 de Fevereiro de 2010, aprovou a Revisão do Contrato – Programa, celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e duas abstenções dos membros: Paulo Jorge Borges e Pedro Monteiro, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a presente alteração da Revisão do Contrato – Programa celebrado entre o Município de Lagoa e a Empresa Municipal de Lagoa;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **PONTO Nº 3 – PROPOSTA – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de desafecção do domínio público para o domínio privado, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

A empresa EDA, Electricidade dos Açores, em parceria com uma entidade privada – Lurdes e Narciso. Lda. pretende proceder à construção de um Posto de Transformação de serviço público em que se responsabilizam pela construção e manutenção dos equipamentos;

Esse PT tem como objectivo primordial reforçar a rede de média tensão nas zonas abrangidas pela Rua Engenheiro Jaime Sousa Lima, Travessa de São João, Rua João Chagas, Caminho da Caloura ao Fisher, Rua do Fisher à Guia e Parque de Armazenagem do Fisher, zonas já intervencionadas ao nível das infra-estruturas subterrâneas;

A EDA não dispõe de local onde possa construir tal infra-estrutura;

A localização disponível e privilegiada situa-se no parque de armazenagem do Fisher;

Porém, esta parcela de terreno pertence ao Domínio Público Municipal;

No constante desenvolvimento das boas relações mantidas com a EDA ao longo do tempo e considerando a mais-valia que tal construção irá trazer nas referidas zonas, proponho que

seja desafectada do domínio público para o domínio privado a área necessária para a implantação do PT, sensivelmente 12m<sup>2</sup>, conforme planta anexa à presente proposta e sua cedência definitiva e gratuita”.

O membro Roberto Oliveira questionou se as medidas de segurança destes Postos de Transformação estão salvaguardadas.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que as medidas de segurança deste PT estão devidamente salvaguardadas. A razão deste processo ser presente à Assembleia Municipal é porque é competência deste Órgão a desafecção da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, para a Câmara Municipal poder dar andamento a este processo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes, aprovar a desafecção do domínio público, para o domínio privado do Município, uma parcela de terreno com 12m<sup>2</sup>, sito à Rua do Fisher à Guia, freguesia do Rosário, Concelho de Lagoa, que fica a confrontar a Norte com zona urbanizada, Sul, Nascente e Poente com o domínio público, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**PONTO Nº 4 – PROPOSTA – DESAFECÇÃO DE SEIS PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LAGOA - TREATROS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de desafecção de seis parcelas de terreno do domínio público para o domínio privado do Município de Lagoa – Treatros, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- Esta Autarquia procedeu à construção de 6 (seis) Treatros do Espírito Santo neste Concelho, concretamente na Travessa da Lage, Longueira, Rua da Caloura, Rua da Relvinha, Rua José Moniz, freguesia de Santa Cruz e Rua Direita, da freguesia do Cabouco, deste Concelho;
- Pretende-se proceder à legalização dos mesmos, para efeitos das Finanças e Conservatória, para podermos proceder aos seus respectivos registos e, conseqüentemente, passarem a integrar o património do Município de Lagoa.

Proponho:

Que a Câmara delibere a desafecção do domínio público para o domínio privado do Município, as parcelas de terreno, abaixo identificadas:

Parcela 1 – com a área de 47,65 m<sup>2</sup>, sito à Travessa da Lage, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com as seguintes confrontações: Norte e Nascente – Eduardo Medeiros Almeida, Sul – Maria de Lurdes Pereira Esteireiro, Poente – Via Pública.

Valor Registral: 3.573,75 euros;

Parcela 2 – com a área de 27,00 m<sup>2</sup>, sito à Rua da Caloura, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com as seguintes confrontações: Norte, Sul, Nascente e a Poente – Via Pública.

Valor Registral: 13.500,00 euros;

Parcela 3 – com a área de 11,20 m<sup>2</sup>, sito à Rua da Relvinha, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com as confrontações a seguir identificadas:

Norte, Sul, Nascente e a Poente – Via Pública.

Valor Registral: 8.960,00 euros;

Parcela 4 – com a área de 8,10 m<sup>2</sup>, sito à Rua José Moniz, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com as seguintes confrontações:

Norte, Sul, Nascente e a Poente – Via Pública.

Valor Registral: 5.670,00 euros;

Parcela 5 – com a área de 9,00 m<sup>2</sup>, sito à Longueira, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa, com as seguintes confrontações:

Norte, Sul, Nascente e a Poente – Via Pública.

Valor Registral: 6.750,00 euros;

Parcela 6 – com a área de 11,40 m<sup>2</sup>, sito à Rua Maria Luiza da Costa Machado Faria e Maia, freguesia do Cabouco, Concelho de Lagoa, com as seguintes confrontações: Norte, Sul, Nascente e a Poente – Via Pública;

Valor Registral: 8.550,00 euros;

3) Proceder à afixação de edital nos locais do costume, pelo prazo de 20 (vinte) dias.

4) A presente proposta seja submetida à apreciação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 53º, nº 4, alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de Agosto.”

O membro Paulo Jorge Amaral Borges perguntou porquê estas desafecções foram feitas à posteriori e não foram feitas antes da construção dos Treatros e se existe alguma razão técnica por só agora se proceder à desafecção destas parcelas. Sublinhou que com esta intervenção não está de maneira nenhuma, a dizer que é contra, o facto da Câmara Municipal construir Treatros nas nossas Comunidades.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que só se procedeu nesta fase, às desafecções das referidas parcelas de terreno porque só se regista os bens depois de estarem construídos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes, aprovar a desafecção do domínio público para o domínio privado do Município, as seis parcelas de terrenos, acima identificadas, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

**PONTO Nº 5 – CEDÊNCIA DE TRÊS PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Pela Câmara Municipal, foi presente a informação dos Serviços de Notariado sobre a cedência de três parcelas de terreno do domínio privado (particular) para afectar ao domínio público do Município, cujo teor abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e o processo em anexo (cfr. ofício do requerente), cumpre-me informar que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetido à apreciação da Assembleia Municipal, a fim de se proceder à elaboração de uma escritura de cedência das 3 (três) parcelas de terreno abaixo indicadas, para afectar ao domínio público do Município, nos termos do artigo 53º, nº 4, alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro; conforme planta em anexo.

Mais informo que deverá proceder-se à afixação de Edital nos locais do costume, pelo prazo de 20 dias úteis.

Parcela 1 – com a área de 120 m2, sito à Canada do Jubileu, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, que ficará a confrontar a Norte com Caminho, Sul, Nascente e Poente com Jorge Manuel Ferreira Medeiros Ponte, a desanexar do artigo rústico 2, Secção AB, da freguesia de Água de Pau;

Parcela 2 – com a área de 40 m2, sito à Canada do Jubileu, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, que ficará a confrontar a Norte com Caminho, Sul, Nascente e Poente com Jorge Manuel Ferreira Medeiros Ponte, a desanexar do artigo rústico 3, Secção AB, da freguesia de Água de Pau;

Parcela 3 – com a área de 80 m2, sito à Canada do Jubileu, freguesia de Água de Pau, deste Concelho, que ficará a confrontar a Norte com Caminho, Sul, Nascente e Poente com Jorge Manuel Ferreira Medeiros Ponte, a desanexar do artigo rústico 4, Secção AB, da freguesia de Água de Pau.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a cedência das três parcelas de terreno, acima identificadas, do domínio privado (particular) para afectar ao domínio público do Município, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 6 – CEDÊNCIA DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Pela Câmara Municipal, foi presente a informação dos Serviços de Notariado sobre a cedência de uma parcela de terreno do domínio privado (particular) para afectar ao domínio público do Município, cujo teor abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e o processo em anexo (cfr. ofício da requerente), cumpre-me informar que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetido à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de uma escritura de cedência de uma parcela de terreno com a área de 35 m<sup>2</sup>, sito à Avenida Maria Luiza Machado Faria e Maia, freguesia do Rosário, que ficará a confrontar a Norte – Gilberto Branquinho, Sul – André Canário Gago Câmara, Nascente - Maria Manuela Soares Canário Gomes Moitoso e a Poente – Caminho, a desanexar do artigo 85, Secção Q, da freguesia do Rosário, para afectar ao domínio público do Município, nos termos do artigo 53º, nº 4, alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, conforme planta em anexo.

Mais informo que deverá proceder-se à afixação de Edital nos locais do costume, pelo prazo de 20 dias úteis.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a cedência da parcela de terreno, acima identificada, do domínio privado (particular) para afectar ao domínio público do Município, nos termos da alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 7 – PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÃO DO IMI RELATIVO À SEDE DO SANTIAGO FUTEBOL CLUBE:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o pedido de parecer para isenção de IMI relativo à Sede do Santiago Futebol Clube, cujo teor abaixo se transcreve:

“Pelo Santiago Futebol Clube, na qualidade de superficiário, em 10 de Novembro de 2010 foi solicitado à Câmara Municipal de Lagoa que lhe seja concedido o parecer positivo para isenção do IMI, relativo à sua sede social sita à Rua do Paul, s/nº, freguesia de Água de Pau, concelho de Lagoa, do seu prédio em regime de propriedade total com andares ou Divisão Susceptível de Utilização Independente, registado no Serviço de Finanças de Lagoa, sob o artigo urbano 2128 e omissa na Conservatória do Registo Predial de Lagoa.

Pretende o Santiago Futebol Clube posteriormente com o Parecer da Câmara Municipal, solicitar ao Director Geral dos Impostos, de acordo com as alíneas i) e m) do artigo 44º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, a referida isenção, dado que o Clube é de Utilidade Pública e a sua actividade é o Desporto Amador sem fins lucrativos.

De acordo com o descrito na alínea m) do referido artigo 44º Isenções Fiscais, "As colectividades de cultura e recreio, as organizações não governamentais e outro tipo de associações não lucrativas, **a quem tenha sido reconhecida a Utilidade Pública, relativamente aos prédios utilizados como sedes destas entidades**, e mediante deliberação da Assembleia Municipal da Autarquia onde os mesmos se situam, nos termos previstos pelo nº 2 do artigo 12º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro".

Face ao exposto, entendemos estarem reunidas as condições para que a Câmara Municipal possa submeter o referido requerimento e a presente proposta à Assembleia Municipal, para deliberação de emissão de Parecer Favorável no sentido do referido Clube poder solicitar a isenção do IMI à DGCI, relativamente ao referido prédio."

O membro Roberto Oliveira questionou se foi reconhecida a Utilidade Pública ao Santiago Futebol Clube.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o Santiago Futebol Clube pretende obter Parecer Positivo para solicitar a isenção do IMI, à Direcção - Geral dos Impostos, referente à sede do Clube.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Emitir Parecer Positivo no sentido do Santiago Futebol Clube poder solicitar a Isenção do IMI, à Direcção - Geral dos Impostos, referente à sede daquele Clube;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 8 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA (AÇORES):**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores), cujo teor abaixo se transcreve:

"A Câmara Municipal de Lagoa alterou o seu Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores) em meados do ano transacto.

Contudo, deparámo-nos com um aspecto relevante que, embora já transitasse da anterior redacção do regulamento, até à presente data, ainda não se tinha colocado e que é omissa no regulamento. Trata-se, em concreto, do pagamento das taxas devidas pela realização,



manutenção e reforço das infra-estruturas, vulgo TRIU, nos casos de renovação de licença administrativa entretanto caducada.

As taxas devidas pela realização, reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas são devidas, de acordo com o artigo 50.º do já mencionado regulamento municipal, nomeadamente nas operações de loteamento, nas obras de construção sempre que estas pela sua natureza impliquem um acréscimo de encargos públicos de realização, manutenção e reforço das infra-estruturas.

Porém, surgem situações em que o requerente já liquidou estas taxas aquando do licenciamento que, entretanto, caducou, e agora pretende a renovação da licença. Neste caso, poderia, por omissão, estar sujeito a um novo pagamento.

Dispõe o n.º 2 do referido artigo que aquando da emissão do alvará relativo a obras de construção, ampliação e alteração, não são devidas as referidas taxas se as mesmas já tiverem sido pagas previamente aquando do licenciamento ou autorização da correspondente operação de loteamento e urbanização.

Ou seja, o referido artigo determina que estas taxas não são devidas nas operações de loteamento quando já tiverem sido previamente pagas aquando do licenciamento. Porém, o mencionado artigo prevê este não pagamento **apenas** nas operações de loteamento. Portanto, nos casos de edificação, não está previsto o não pagamento desta taxa, quando esta já foi paga num prévio licenciamento que entretanto caducou.

Neste caso, estamos perante uma omissão. Assim, nestas situações, pela interpretação meramente literal não estamos no âmbito de aplicação do n.º 2 do artigo 52.º e, portanto, cairíamos no âmbito de aplicação do artigo 10.º do Regulamento Municipal e, consequentemente, em novo processo administrativo e em nova liquidação de taxa.

Contudo, deverá haver lugar à aplicação analógica do nº 2 do artigo 50º, pois enquanto o novo pagamento da taxa prevista no artigo 34º se compreende pela prestação de serviços técnicos especializados e actos administrativos praticados pela edilidade, a do artigo 50º não tem justificação uma vez que já tendo sido paga e não se tendo registado, desde aquele momento, uma nova realização, manutenção ou reforço das infra-estruturas urbanísticas.

Portanto, para não nos socorrermos da interpretação por analogia - que acarreta sempre riscos - o nº 2 do artigo 50º, deveria abranger especificamente também o licenciamento de edificações já que estas são taxadas como operações urbanísticas de impacte semelhante a loteamento, respeitando-se, assim, os princípios de igualdade, proporcionalidade, equivalência jurídica e justa repartição dos encargos públicos, princípios estes que norteiam toda a actividade administrativa e, em especial, estão consagrados no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Na verdade, partindo da premissa de que aquela taxa já foi paga e não se registou, desde aquele momento, uma nova realização, manutenção ou reforço das infra-estruturas

urbanísticas e até foram mantidos todos os pressupostos iniciais, não encontramos razões para a não previsão no nº 2 do artigo 50º nos casos de renovação da licença de edificação entretanto caducada.

Assim, proponho que se altere o Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores), concretamente o nº 2 do artigo 50º, por forma a prever o não pagamento da taxa de TRIU nas situações de renovação de licenciamento de edificações. Desta forma, proponho que o artigo 50.º do já referido Regulamento passe a ter a seguinte redacção:

SECÇÃO IV  
TAXAS PELA REALIZAÇÃO, REFORÇO E MANUTENÇÃO  
DE INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS  
Artigo 50.º

1 – -----

2 – Aquando da emissão do alvará relativo a obras de construção, ampliação, alteração, não são devidas as taxas referidas no número anterior se as mesmas já tiverem sido pagas previamente aquando do licenciamento ou admissão da comunicação prévia da correspondente operação de loteamento e urbanização ou, ainda, nos casos da renovação de alvará relativo a obras de construção, ampliação e alteração, incluindo as obras de impacte semelhante a loteamento, desde que mantidos todos os pressupostos iniciais e se as taxas já tiverem sido previamente pagas no processo entretanto caducado.

3 – -----”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa (Açores), nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 9 – PROPOSTA – ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, cujo teor abaixo se transcreve:

“Na sequência da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, as Câmaras Municipais, têm que rever, as suas estruturas, até ao dia 31 de Dezembro de 2010.

De modo a conferir à Autarquia uma melhor resposta às solicitações resultantes das novas atribuições e competências dos Municípios, traduzindo-se a mesma numa maior eficiência, eficácia, qualidade e rapidez no desempenho das diversas funções numa óptica de racionalidade e operacionalidade, proponho um novo modelo de estrutura e organização dos serviços municipais.

Este modelo proposto, assenta numa estrutura hierarquizada, constituída por 3 Unidades Orgânicas flexíveis, a Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, a Unidade Orgânica de Recursos Humanos e Técnicos e a Unidade Orgânica de Urbanismo e Serviços Operacionais e 8 Subunidades Orgânicas, que conjuntamente visam assegurar uma permanente adequação dos serviços, às necessidades de funcionamento e da optimização dos recursos humanos e financeiros.

Assim, proponho a estrutura em anexo.”

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que de acordo com o Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, a Câmara Municipal teve que adaptar a sua Estrutura e Organização dos Serviços Municipais, face ao disposto naquele diploma legal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, o modelo de estrutura hierarquizada, composto por:

- 3 Unidades Orgânicas flexíveis: a Unidade Orgânica Administrativa e Financeira; a Unidade Orgânica de Recursos Humanos e Técnicos e a Unidade Orgânica de Urbanismo e Serviços Operacionais;

- 8 Subunidades Orgânicas;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 10 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO FINANCEIRO DE 2011:**

De acordo com o estipulado no Decreto - Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2011.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 18.650.000,00 € (dezoito milhões seiscentos e cinquenta mil euros), sendo 7.461.722,00 € (sete milhões quatrocentos e sessenta e um mil setecentos e vinte e dois euros) de receitas correntes e 11.188.278,00 € (onze milhões cento oitenta e oito mil duzentos e setenta e oito euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 7.114.404,00 € (sete milhões cento e catorze mil quatrocentos e quatro euros) de despesas correntes e 11.535.596,00 €

(onze milhões quinhentos trinta e cinco mil quinhentos e noventa e seis euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 4.865.294,00 € (quatro milhões oitocentos sessenta e cinco mil duzentos e noventa e quatro euros) e no Plano de Actividades Municipal foi de 5.398.115,00 € (cinco milhões trezentos noventa e oito mil cento e quinze euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 10.263.409,00 € (dez milhões duzentos sessenta e três mil quatrocentos e nove euros).

Verificado o equilíbrio orçamental aos documentos acima mencionados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação o Orçamento para 2011 bem como as Grandes Opções do Plano.

O membro Vasco Garcia expôs que gostaria de relembrar a intervenção que fez nesta Assembleia Municipal, em relação ao Orçamento de 2009 que tinha uma dotação de 21 milhões de euros e o investimento realizado obteve uma taxa de execução, na ordem dos 45%. Na altura, alertou que os Orçamentos deveriam ser ajustados à realidade das capacidades de execução. No orçamento de 2010, verificou-se uma diminuição de um milhão de euros, o orçamento passou para cerca de 20 milhões de euros e para o ano 2011, verificou com satisfação que o orçamento apresenta um total geral de 18.650.000,00 €. Apresentou, em nome do seu Grupo Parlamentar, a congratulação por verificar que paulatinamente, está a ser feito um esforço, no sentido de seguir as recomendações que fez e considera que isto é importante.

Referiu que no total de 18.650.000,00 € estão incluídos cerca de 4,5 milhões de euros destinados à obra de construção das Caves do Parque Tecnológico, dos quais 2 milhões de euros seriam para 2010 e perguntou se na realidade este valor será concretizado, no ano de 2011, ou passará para os anos seguintes. Apurou também que o valor total do orçamento para 2011 inclui a dívida de curto prazo, no valor de 690.000,00 €. Referiu ainda que quando falou em 250.000,00 € para as instalações desportivas verificou que esta rubrica não consta no orçamento para 2011.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que tem algumas questões e considerações a apresentar, nomeadamente, há situações que lhe espantam, como o corte de verbas em algumas rubricas e exemplificou: a rubrica prémios, condecorações e ofertas passou de 150.000,00 € para 86.000,00 €, com menos 64.000,00 € e a rubrica transportes passou de 9.000,00 € para 5.000,00 €, com menos 4.000,00 €. Perguntou, será que os membros do PSD estavam apenas a ser "inteniquentos" ou será que quando diziam que havia gastos a mais e que o orçamento estava inflacionado, não estavam longe da realidade, porque quando se faz um corte de 64.000,00 € foi passar praticamente para quase metade do valor anterior. Comentou ou se gastava muito ou então aquele valor era gasto noutras coisas.

Sobre a rubrica de aquisição de equipamento para recolha de lixo urbano, referiu que no ano de 2010 a rubrica foi dotada com 63.000,00 € e como o serviço de recolha de resíduos no Concelho de Lagoa passou para uma Empresa Intermunicipal, questionou porquê o aumento de dotação daquela rubrica, que apresenta para 2011, o valor de 79.688,00 €.

Solicitou ainda esclarecimentos sobre as seguintes situações: Transferência para a Junta de Freguesia de Santa Cruz, Construção de um edifício Polivalente, em 2010 apresentou o valor de 90.000,00 € e em 2011, apresenta o valor de 1.000,00 € e Transferência para a Junta de Freguesia de Água de Pau, Ermida Funerária, em 2010 apresentou o valor de 50.000,00 € e em 2011, apresenta o valor de 1.000,00 €.

O membro Roberto Oliveira, sobre a obra do Saneamento Básico de Água de Pau, questionou qual a influência que teve no ano de 2010, atendendo que a obra foi interrompida e consta no orçamento para 2011.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que este orçamento foi elaborado num quadro económico completamente diferente dos anos anteriores, por várias razões, desde logo, uma grande recessão económica a nível mundial, uma forte crise económica e social que de alguma forma teve impacto directo nas receitas. Houve corte nas transferências do Orçamento de Estado de 3,8% em 2010 e 5% para 2011 e a falta de transferências verbas, de cerca de 220.000,00 € da Participação Variável no IRS. Por outro lado, a crise no sector da construção civil teve um impacto nas receitas das taxas de licenciamento, de menos 40%, em relação à média nos últimos três anos. As perspectivas económicas e sociais não são as melhores e isso tem também impacto na Economia, as pessoas retraem-se, há menos compras de casas, recebemos menos IMT e temos ainda a situação de endividamento zero. O Município tem que gerir com os recursos que tem.

Expôs que face a este enquadramento geral, não tínhamos outra alternativa senão definir um conjunto de objectivos estratégicos para 2011 que passam por, uma forte política de contenção de custos, melhorar o deficit orçamental e reduzir a despesa corrente, reduzir o prazo de pagamento a fornecedores e reorientar a política de investimentos. Ou seja, finalizar os investimentos que estão em curso, adiar projectos que não sejam prioritários ou outros que mesmo sendo prioritários, terão de ser adiados por falta de recursos financeiros e neste caso temos a situação da Construção do Edifício Polivalente, em Santa Cruz e a Ermida Funerária, em Água de Pau, que foi acordado com os Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia a reprogramação daqueles investimentos para os próximos anos.

Acréscitou, que por outro lado será reduzida a despesa com a animação e eventos culturais e será mantida a política social de apoio às famílias, por considerar que é importante e é nessa medida que se encaixa os programas que têm sido feitos com os Programas do PROSA e CTTS, no apoio à Habitação Degradada e no apoio ao Cartão do Idoso que são programas para manter e até reforçar em algumas áreas.

No Orçamento para 2011, foram reduzidos 10% em encargos de instalações, 25% em conservação de bens, cerca de 14% em comunicações, 46% em locação de edifícios, 20% em estudos, pareceres e projectos de consultadoria, 70% em publicidade e 73% em outros trabalhos especializados. Houve de facto, um grande esforço de contenção, não só no investimento mas também ao nível da despesa corrente. Foram essas as premissas que estiveram no orçamento para 2011, que foi aqui apresentado.

Sobre as questões que foram colocadas informou ainda, o Senhor Presidente da Câmara, que a verba de 4,5 milhões de euros destinados à obra de construção das Caves do Parque Tecnológico e que resulta do Contrato-Programa, como ainda não chegamos ao final do ano de 2010 e não sabemos se será cumprido a parte de 2010, para salvaguarda foi prevista a verba na totalidade para o ano de 2011. O empréstimo a curto prazo se não for pago em 2010, será pago na sua totalidade, em 2011.

Sobre o valor na rubrica de aquisição de equipamento para recolha de lixo urbano, informou que se destina à aquisição de contentores, guardas metálicas, papeleiras e outros equipamentos.

Sobre a obra do Saneamento Básico de Água de Pau, informou que a verba que foi contemplada para 2011 engloba a dívida ao fornecedor e o valor da nova facturação que será realizada nos últimos 4 meses de 2011.

O membro Roberto Oliveira questionou se a suspensão da obra trouxe custos para a Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que são os custos com as revisões de preços e a necessidade de haver uma equipa de manutenção/prevenção no saneamento básico porque não há ligações entre a parte Norte e a parte Sul da Freguesia. Aquando da realização do Conselho de Governo na Lagoa, ficou assumido que o Governo Regional iria assumir parte desses custos. A revisão de preços só irá ser colocada posteriormente e há sempre a possibilidade de negociarmos com o empreiteiro.

O membro Paulo Jorge Amaral Borges referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal falou do enquadramento económico que não era fácil, mas isso já se adivinhava em 2009, os analistas já diziam que em 2010 iria ser um ano “mau”, em sua opinião, o orçamento para 2010, já deveria ter sido feito não, com algum rigor, mas com rigor e não foi com falta de avisos por parte da Oposição.

Mais referiu que apesar deste orçamento apresentar cortes, é um orçamento que se aproxima mais daquilo que acham, que é um orçamento razoável, mas continuam a discordar de algumas opções de cortes. Se hoje foi possível cortar na despesa, também teria sido possível no orçamento de 2010 e de 2009 e não teria havido tanto despesismo. Acrescentou que continua a achar que apesar do orçamento para 2011 ser um pouco mais realista, continua a estar enferme de “tiques” que lhe são característicos e porque discorda de muitas das opções

que foram feitas nas escolhas de empreendimentos, por essa razão, irá votar contra a aprovação deste orçamento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor: quinze dos membros do PS e dois dos membros do PSD: Rosa Borges e António Augusto Borges; quatro votos contra dos membros: Vasco Garcia; Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro e uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar o Orçamento para 2011 no montante de 18.650.000,00 € (dezoito milhões seiscentos e cinquenta mil euros);

**2º** Aprovar as Grandes Opções do Plano para 2011;

**3º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 11 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2011:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2011, nos termos do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de Remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e dois membros presentes:

**1º** Aprovar a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e nº 3 do artigo 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 12 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, representada pelo seu Presidente o Senhor Durval Carlos Simas Faria.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleias Municipal e de Freguesia, em sessão de ... de ..... de 2010 e de ... de ..... de 2010, respectivamente, as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2

do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

#### ARTIGO 1º

##### (OBJECTO)

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

#### ARTIGO 2º

##### (COMPETÊNCIAS DELEGADAS)

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário as seguintes competências:

1.1 – Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Zonas ajardinadas, respectivos sanitários e Praça de Nossa Sra. do Rosário;
- Instalações Sanitárias do Porto dos Carneiros;
- Largo de Saint – Thérèse;
- Praceta do Pombal;
- Centro de Convívio da Atalhada;
- Zona Urbana da Freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 43.200,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 6.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da Freguesia – 19.440,00 €

1.4 - Beneficiação do Edifício da Junta de Freguesia – 15.000,00 €.

#### ARTIGO 3º

##### (RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia do Rosário obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia do Rosário, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia do Rosário, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

#### ARTIGO 4º

##### (RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia do Rosário a quantia de 5.720,00 € (cinco mil setecentos e vinte euros), por cada mês.



2 - O valor referente à competência, prevista no ponto 1.4 da cláusula 2ª, será transferido em conformidade com a evolução das obras.

#### ARTIGO 5º

##### (MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

#### ARTIGO 6º

##### (VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2011 e será válido até 31 de Dezembro 2011, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia do Rosário esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

O membro Pedro Monteiro pediu desculpa pelo atraso e deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por conseguir retirar bastante dinheiro de coisas supérfluas como por exemplo nas rubricas de prémios e medalhas, publicidades e comunicações. Referiu que consta que nos protocolos as Juntas de Freguesia vão receber menos 7.000,00 € e expôs que todos nós sabemos as dificuldades que as Juntas de Freguesia têm e são o primeiro apoio e a primeira porta que se bate para pedir ajuda. Perguntou se o Senhor Presidente da Câmara consegue poupar tanto dinheiro em coisas supérfluas, para 2011, se não consegue pelo menos manter os mesmos valores dos protocolos anteriores, porque 1.000,00 € para uma Junta de Freguesia faz diferença.

#### **Saíram os membros Vasco Garcia e António Augusto Borges.**

O membro Roberto Oliveira referiu que não vai votar contra os protocolos para as Juntas de Freguesia, pelo respeito que as Juntas de Freguesia merecem e pela necessidade que têm desse dinheiro. Expôs que o protocolo está dividido em três grandes grupos: correntes, capital e eventos culturais. Para a realização de eventos culturais, manteve-se o mesmo valor, no apoio de capital também manteve o mesmo valor e na rubrica de limpeza de ruas e passeios foi com indignação que verificou que houve cortes. Expôs que não vai contestar se naquela rubrica deveria haver cortes ou não, o que contesta é que naquelas em que há festas

e que em muitas delas são feitas para campanhas eleitorais, esses valores mantêm-se, por isso a sua indignação que apresenta nesta sessão. Mais referiu que expôs a sua indignação mas como disse irá votar a favor.

O membro Gilberto Branquinho referiu que vê muito regozijo nos cortes de despesas, as pessoas estão contentes e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se está contente com esses cortes ou não, se já pensou em tudo aquilo que cortou e quais são as pessoas que vão ser prejudicadas com isso. Há pessoas que trabalham directamente para a Câmara Municipal e como é que vai ser a vida desses empresários, pontualmente, há empresas que sobrevivem da Câmara Municipal de Lagoa. Havendo todos esses cortes e compreende que a ocasião será essa, mas também coloca aqui alguma preocupação e vê de facto nalgumas pessoas algum regozijo porque há cortes em tudo, quando isso não é bom, há que pensar que o momento actual é mau mas com esperança que venha a melhorar futuramente.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que vai votar contra os protocolos pelas razões que foram expostas pelo membro Pedro Monteiro, porque acham que a Câmara Municipal poderia ter feito um esforço para manter pelo menos, o mesmo valor atribuído anteriormente, às Juntas de Freguesia que são a primeira face do Poder Autárquico, as que estão mais próximos de quem vive momentos preocupantes e porque se conseguiu fazer cortes em rubricas que eram supérfluas podia-se ter canalizado para as Juntas de Freguesia. Expôs que fique bem claro que ao votar contra estes protocolos, de maneira nenhuma, são contra o facto de apoiar as Juntas de Freguesia, queriam pelo menos, manter o mesmo valor atribuído anteriormente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que face ao que o membro Gilberto Branquinho apresentou sobre a questão dos cortes, a oposição fica satisfeita porque acha que a Câmara Municipal tem menos dinheiro para as festas e menos dinheiro para a campanha, se quando se promove uma actividade cultural, promovendo a nossa cultura, ou quando se dá um apoio no telhado de uma habitação de um agregado familiar que necessita, estamos a fazer campanha, obviamente que há aqui um sentimento de satisfação porque vamos ter menos dinheiro para gastar e fazer menos campanha, como se na realidade isso fosse assim. A situação de facto é preocupante e não está satisfeito com esses cortes e tem consciência que poderá afectar de alguma forma, mas não com grande impacto, algumas empresas do Concelho. Com transparência e dentro da legalidade vamos continuar a privilegiar as empresas do Concelho. Acrescentou, pior que isso seria se a estratégia fosse, receber em vez de um milhão, dois milhões e isso era traduzido em despesa e depois não há receita para pagar os compromissos assumidos com os fornecedores, essa questão passou-se durante muitos anos e a banca facilitava o crédito, foi atirar para a frente, também com responsabilidades das empresas. A situação entretanto alterou-se, o enquadramento é diferente do ponto de vista financeiro, daí tivemos que fazer alguns cortes mas temos

consciência que não colocamos em causa as preocupações que o membro Gilberto Branquinho manifestou em relação às empresas do Concelho.

O membro Gilberto Branquinho referiu que a empresa Branfer factura unicamente 5% da sua facturação para a Câmara Municipal de Lagoa e sabe a preocupação que vai haver em algumas empresas mais pequenas em várias vertentes.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que daquilo que é a actividade da Câmara Municipal com as empresas houve alguma redução mas não foi significativa.

Em relação às Juntas de Freguesia, referiu que gostava de dizer o seguinte, foi o Presidente da Câmara Municipal que mais apoiou as Juntas de Freguesia e os números não lhe deixam mentir, entre 2004 e o final de 2011, vamos transferir para as Juntas de Freguesia 2.946.000,00 €, ou seja o valor médio anual entre 2004 e 2010 foi de 374.000,00 € e o valor de referência em 2004 foi de 314.000,00 €, em termos médios apoiamos muito as Juntas de Freguesia de 2005 a 2010 e o que vamos retirar no próximo ano não “belisca” em nada aquilo que tem sido o apoio da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Não fazia sentido quando é pedido um esforço a todos que as Juntas de Freguesia não fossem contempladas porque também achamos que ao nível das Juntas de Freguesia é preciso cortar em alguma despesa que estas têm. Nas reuniões com os Senhores Presidentes de Juntas, disponibilizou apoio com pessoal ao abrigo dos Programas PROSA e CTTS, no sentido das Juntas de Freguesia reduzirem nos seus custos com pessoal.

O membro Paulo Jorge Amaral Borges referiu que ao contrário do que disse o Senhor Presidente da Câmara, não ficaram contentes por haver cortes, não quer imaginar já no próximo acto público, o Senhor Presidente dizer, como disse no Cabouco, que o PSD está feliz porque as Juntas de Freguesia vão receber menos dinheiro, o que é uma profunda mentira. Disse que apenas ficam satisfeitos quando os cortes são feitos tendo em conta a realidade. Todos nós sabemos que o problema do nosso país foi que nos últimos anos se gastou muito mais do que aquilo que se produzia e daquilo que entrava de receitas. Isto é uma realidade que todos nós sentimos, desde a micro à macro. Acrescentou, o Senhor Presidente da Câmara Municipal não diga que estamos satisfeitos porque há cortes por haver cortes porque isso é pura mentira e demagogia da sua parte, aí sim é baixeza política. Para terminar referiu que é pedido um esforço a todos, mas acham que as Juntas de Freguesia por serem as mais sacrificadas e são as que estão na linha da frente e como o Senhor Presidente disse que não vai “beliscar” nada então, em sua opinião, deveria ficar o mesmo valor.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor: quinze dos membros do PS; um do membro do PSD Rosa Borges e um do membro do PP Roberto Oliveira e três votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **PONTO Nº 13 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia de Santa Cruz representada pelo seu Presidente o Senhor António Augusto da Ponte Borges.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleias Municipal e de Freguesia, em sessão de ... de ..... de 2010 e de ... de ..... de 2010, respectivamente, as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

#### **ARTIGO 1º**

##### **(OBJECTO)**

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia de Santa Cruz.

#### **ARTIGO 2º**

##### **(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)**

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia de Santa Cruz as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Jardim do Convento dos Frades;
- Polidesportivo, zonas envolventes ajardinadas, respectivos sanitários, incluindo o pagamento de electricidade;
- Sanitários públicos do jardim, incluindo o pagamento de electricidade;
- Largo do Chafariz, incluindo o pagamento de electricidade;
- Zona Urbana da Freguesia;
- Recantos ajardinados da freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 32.400,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais (Festas de Santo António) – 20.500,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da freguesia – 19.440,00 €

1.4 - Remodelação do Jardim de Santa Cruz – 15.000,00€.

#### ARTIGO 3º

##### (RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia de Santa Cruz obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Santa Cruz, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia de Santa Cruz, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

#### ARTIGO 4º

##### (RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Santa Cruz a quantia de 4.320,00 € (quatro mil trezentos e vinte euros) por cada mês.

2 - Os valores referentes às restantes competências, previstas nos pontos 1.2 e 1.4 da cláusula 2ª, serão transferidos em conformidade com a execução das mesmas.

#### ARTIGO 5º

##### (MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

#### ARTIGO 6º

##### (VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2011 e será válido até 31 de Dezembro 2011, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia de Santa Cruz esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor: quinze dos membros do PS; um do membro do PSD Rosa Borges e um do membro do PP Roberto Oliveira e três votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 14 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ÁGUA DE PAU:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia de Água de Pau, cujo teor abaixo se transcreve:

"A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia de Água de Pau, representada pelo seu Presidente o Senhor Roberto Manuel Pereira Sousa.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleias Municipal e de Freguesia, em sessão de ... de ..... de 2010 e de ... de ..... de 2010, respectivamente, as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

##### **ARTIGO 1º**

##### **(OBJECTO)**

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia de Água de Pau.

##### **ARTIGO 2º**

##### **(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)**

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia de Água de Pau as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Jardins e sanitários da freguesia;
- Zona Urbana da Freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 32.400,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 6.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da freguesia – 19.440,00 €

1.4 - Beneficiação do Cemitério de Água de Pau – 15.000,00 €.

### ARTIGO 3º

#### (RESPONSABILIDADES)

1 - A Junta de Freguesia de Água de Pau obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia de Água de Pau, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia de Água de Pau, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

### ARTIGO 4º

#### (RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Água de Pau a quantia de € 4.820,00 (quatro mil oitocentos e vinte euros) por cada mês.

2 - Os valores referentes às restantes competências, previstas nos pontos 1.4 da cláusula 2ª, serão transferidos em conformidade com a evolução das obras.

### ARTIGO 5º

#### (MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

### ARTIGO 6º

#### (VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2011 e será válido até 31 de Dezembro 2011, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia de Água de Pau esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo, a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor: quinze dos membros do PS; um do membro do PSD Rosa Borges e um do membro do

PP Roberto Oliveira e três votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia de Água de Pau, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **PONTO Nº 15 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia do Cabouço, representada pela sua Presidente a Senhora Anabela da Silva Calisto.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleias Municipal e de Freguesia, em sessão de ... de ..... de 2010 e de ... de ..... de 2010, respectivamente, as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

### **ARTIGO 1º**

#### **(OBJECTO)**

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia do Cabouço.

### **ARTIGO 2º**

#### **(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)**

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia do Cabouço as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Zonas verdes do Polidesportivo do Cabouço;

- Arruamentos da freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 21.600,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 5.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da Freguesia – 10.800,00 €

1.4 - Construção de um Edifício de Apoio à Junta de Freguesia do Cabouço – 10.000,00 €

### **ARTIGO 3º**

#### **(RESPONSABILIDADES)**



1 - A Junta de Freguesia do Cabouco obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia do Cabouco, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia do Cabouco, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

#### ARTIGO 4º

##### (RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia do Cabouco a quantia de 3.116,66 € (três mil cento e dezasseis euros e sessenta e seis cêntimos) por cada mês.

2 - O valor referente à competência, prevista no ponto 1.4 da cláusula 2ª, será transferido em conformidade com a evolução das obras.

#### ARTIGO 5º

##### (MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

#### ARTIGO 6º

##### (VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2011 e será válido até 31 de Dezembro 2011, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia do Cabouco esta obriga -se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor: quinze dos membros do PS; um do membro do PSD Rosa Borges e um do membro do PP Roberto Oliveira e três votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia do Cabouco, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 16 – PROTOCOLO FINANCEIRO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:**

Pela Câmara Municipal foi presente a minuta do protocolo financeiro a celebrar com a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa (Açores), representada pelo seu Presidente o Senhor Eng. João António Ferreira Ponte e a Junta de Freguesia da Ribeira Chã, representada pela sua Presidente a Senhora Albertina Maria Costa Oliveira.

Firmam através deste documento, após autorização expressa das respectivas Assembleias Municipal e de Freguesia, em sessão de ... de ..... de 2010 e de ... de ..... de 2010, respectivamente, as bases pelas quais se regerá a transferência, de responsabilidades e competências da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia, ao abrigo da alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, cumpridas as formalidades previstas na alínea c) do nº 5 do artigo 34º e alínea l) do nº 2 do artigo 17º daquele diploma legal.

**ARTIGO 1º**

**(OBJECTO)**

O presente protocolo tem por objecto a transferência de competências da Câmara Municipal de Lagoa para a Junta de Freguesia da Ribeira Chã.

**ARTIGO 2º**

**(COMPETÊNCIAS DELEGADAS)**

1 - A Câmara Municipal de Lagoa delega na Junta de Freguesia da Ribeira Chã as seguintes competências:

1.1 - Gestão, manutenção e limpeza dos seguintes espaços e infra-estruturas:

- Jardins e sanitários da Freguesia;
- Arruamentos da Freguesia.

Como contrapartida a Câmara Municipal de Lagoa irá transferir o montante de 10.980,00 €

1.2 - Realização de eventos culturais – 5.000,00 €

1.3 - Construção de muros e passeios da Freguesia – 9.000,00 €

1.4 - Reabilitação do Cemitério da Ribeira Chã – 10.000,00 €.

**ARTIGO 3º**

**(RESPONSABILIDADES)**

1 - A Junta de Freguesia da Ribeira Chã obriga-se a exercer todas as competências delegadas referidas no artigo anterior.

2 - A Câmara Municipal de Lagoa, quer por solicitação da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, quer por decisão fundamentada, comunicada à Junta de Freguesia da Ribeira Chã, poderá intervir nas áreas descentralizadas, nomeadamente quando esta não cumpra as obrigações decorrentes do presente protocolo.

3 - Em qualquer dos casos referidos no número anterior os custos respectivos serão reduzidos à verba anual a receber pela Junta de Freguesia.

#### ARTIGO 4º

##### (RECURSO FINANCEIRO)

1 - Para financiamento das competências delegadas ao abrigo dos pontos 1.1, 1.2 e 1.3 da cláusula 2ª do presente protocolo, a Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia da Ribeira Chã a quantia de 2.081,66 € (dois mil oitenta e um euros e sessenta e seis cêntimos) por cada mês.

2- O valor referente à competência, prevista no ponto 1.4 da cláusula 2ª, será transferido em conformidade com a evolução das obras.

#### ARTIGO 5º

##### (MODO DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS)

As verbas referidas no número anterior serão transferidas mensalmente, até ao dia trinta do mês a que respeitarem.

#### ARTIGO 6º

##### (VIGÊNCIA)

1 - O presente protocolo terá início em 01 de Janeiro de 2011 e será válido até 31 de Dezembro 2011, salvo se qualquer das partes o denunciar mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 dias.

2 - Quando a denúncia for da iniciativa da Junta de Freguesia da Ribeira Chã esta obriga-se a garantir as responsabilidades assumidas pelo presente protocolo, e respeitantes ao período correspondente às verbas transferidas pela Câmara Municipal, salvo acordo escrito em contrário.

3 - O não cumprimento deste Protocolo Financeiro por qualquer das partes intervenientes, será objecto de justa causa para a rescisão do mesmo a partir da data do não cumprimento, salvo acordo escrito entre as partes.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor: quinze dos membros do PS; um do membro do PSD Rosa Borges e um do membro do PP Roberto Oliveira e três votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira e Pedro Monteiro, dos vinte membros presentes:

**1º** Autorizar a Câmara Municipal a delegar competências na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea s) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 17 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO MUNICIPAL DO IDOSO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de aumento da comparticipação na aquisição de medicamentos no âmbito do cartão do idoso, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Câmara Municipal de Lagoa tem promovido a melhoria das condições de vida dos munícipes, desempenhando a sua missão de salvaguardar os interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e, designadamente, no que tange à acção social, ao desenvolvimento geral e à defesa da qualidade de vida do respectivo agregado populacional. Face ao período de maiores dificuldades económicas nas famílias portuguesas, cujos reflexos mais evidentes se concentram nas franjas mais frágeis da sociedade, que vêem a sua situação sócio-económica agravada.

Considerando o dever das autarquias na promoção do bem-estar social dos seus munícipes, nomeadamente os que são economicamente mais desfavorecidos, criando medidas de apoio e mitigação das suas dificuldades, com especial enfoque para a população mais idosa;

Considerando os elevados encargos que a população mais idosa apresenta com a aquisição de medicamentos, situação que tem sido colmatada pela comparticipação prevista de 10,00 € mensais aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso, que aliado aos restantes apoios previstos, tem sido um instrumento importante para a dignificação e melhoria das suas condições de vida;

Considerando o facto da comparticipação em vigor nos medicamentos prevista pelo Cartão Municipal do Idoso se afigurar presentemente como insuficiente face ao período de agravamento económico que os possuidores deste cartão evidenciam e que resulta das medidas de austeridade e da recessão económica actual.

Assim, tendo em conta o disposto no nº 2 do artigo 9º do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, em concreto a previsão da possibilidade de, anualmente, a Câmara Municipal de Lagoa poder conceder outros benefícios aos titulares do cartão de idoso, que serão publicados no Boletim Municipal e publicitados pelos meios habituais, venho, por este meio, propor que, a título excepcional, durante o ano de 2011, **se aumente em 25% a comparticipação de medicamentos aos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso, passando para 12,50 € mensais**, uma situação que será alvo de nova reavaliação no final do mesmo ano, de forma a se analisar a situação económica e social dos idosos no Concelho.”

O membro Paulo Jorge Borges apresentou a Proposta, em seu nome e dos membros: Rosa Borges, Francisco Vieira e Pedro Monteiro, que leu e abaixo se transcreve:

### "Proposta

No âmbito do ponto 17 da ordem de trabalhos propomos que o aumento da comparticipação do Município, referente ao cartão do idoso, seja de cinco euros ou seja a comparticipação passe de dez euros para quinze euros. Este aumento na comparticipação, de pelo menos cinco euros, poderá de alguma forma atenuar a injustiça que o Poder Central impôs a quem muito já contribuiu para a Sociedade, nomeadamente aos idosos do Concelho de Lagoa, uma vez que recentemente foi aprovado a nível nacional a redução da comparticipação do Estado nos medicamentos em 10% do seu valor. A justificação deste valor é fácil: dificilmente um idoso gasta menos de cinquenta euros/mês em medicamentos e que esta diminuição na comparticipação do Estado acarretará um aumento do custo de aquisição destes bens essenciais num valor superior a cinco euros."

O membro Paulo Jorge Amaral Borges referiu que, como houve cortes em determinadas rubricas de prémios, condecorações e ofertas, esses montantes poderiam reverter para este apoio, porque estamos a falar numa diferença de 5,00 €.

O membro Roberto Oliveira referiu que pelo menos há uma situação positiva, um aumento de 25% é pena que seja só 2,50 €. Informou que irá se abster nesta votação porque quando lhe pedem para aprovar 2,50 € de aumento no âmbito do cartão do idoso, daqui a pouco vão pedir o seu voto para ratificar a deliberação de aprovação dos valores das senhas de presença dos Vogais do Conselho de Administração da EML de 400,00 € e justificou que é por essa razão que irá se abster. Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara não se esqueça de dizer que 25% foi um aumento de 2,50 €.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que fica mal esse tipo de demagogia por causa das senhas de presença. As senhas de presença são uma compensação que os Vogais recebem pela responsabilidade que têm e pelo serviço que prestam. Os membros dos Órgãos Autárquicos também recebem senhas de presença e não tem conhecimento que alguns dos membros tenha recusado o recebimento dessas senhas, por participar nas reuniões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que nenhum membro recusou o recebimento das senhas de presença.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que os Vogais do Conselho de Administração da EML prestam um serviço e têm de ser remunerados por esse serviço e pelas responsabilidades que têm nos processos. As senhas de presença são uma compensação que recebem e que não faz qualquer sentido a crítica em relação ao pagamento das senhas de presença aos Vogais da Empresa Municipal.

Relativamente à questão do aumento da comparticipação no âmbito do cartão do idoso, referiu que já sabia que os membros do PSD iriam propor um aumento de 50%, tem consciência que este é um aumento razoável, gostava de dar 50,00 €, mas não é possível. No

próximo ano, se esta situação se mantiver, será novamente reavaliada, com um novo acréscimo. Mais informou que este aumento foi contemplado no orçamento, para o ano de 2011 e que a Câmara Municipal tem cerca de 200 idosos beneficiários do Cartão Municipal do Idoso, com tendência para aumentar.

O membro Roberto Oliveira referiu que apenas expôs a sua posição de voto.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deu as boas tardes a todos e pediu a palavra, em defesa da honra, que lhe foi concedida. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara disse que quando este assunto foi proposto em reunião da Câmara Municipal, antes da Oposição ter apresentado a sua proposta, tinha dito que inicialmente estava previsto um aumento de 10,00 € para 15,00 € e declarou que essa informação não é válida. Expôs que o Senhor Presidente fez uma afirmação por antecipação foi no assunto referente ao orçamento, em que disse que o orçamento era de 18.650.000,00 € mas que já estava à espera que a oposição dissesse que era pouco mais de 14.000.000,00 € porque englobava a verba referente à obra de construção das Caves do Parque Tecnológico. Relativamente ao aumento da comparticipação do Cartão do Idoso disse que o Senhor Presidente da Câmara só referiu, que inicialmente pensou-se em aumentar esta comparticipação em 50%, após ter sido apresentada a proposta pelos membros do PSD em reunião da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que não foi isso que disse e apresentou um protesto à Mesa. Argumentou que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado em todas as sessões pede a palavra, em defesa da honra, mas ninguém o ofendeu. Dirigiu a palavra ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e solicitou que fosse pedido um parecer jurídico ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal para se saber qual o enquadramento jurídico de "Defesa da Honra", em sua opinião, tem havido nestas sessões da Assembleia Municipal um abuso de pedidos de defesa da honra.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal na sua intervenção expôs que entende por defesa da honra, quando existe uma ofensa directa e a pessoa tem que apresentar a sua contestação. Nesta situação, não houve nenhuma ofensa ao Senhor Vereador.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, repetiu que disse que quando foi apresentada a proposta já sabia que os membros do PSD iriam propor um aumento de 50%.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que defesa da honra é quando se põe em causa a honra de alguém, quando se diz que alguém disse uma coisa que não foi assim, se está a contradizer e a por em causa o que se disse.

Acrescentou o membro Paulo Jorge Borges que o Senhor Presidente da Câmara disse que tem havido defesas da honra a mais e sabe porque é que diz isso, é porque lhe custa. O Regimento não prevê que o Senhor Presidente da Câmara Municipal peça para falar, quem dá a palavra, se achar que deve dar, é o Senhor Presidente da Mesa, por isso têm vindo a impor

que a Mesa esteja separada. O Regimento refere que o Senhor Presidente da Mesa conceda a palavra ao Senhor Presidente da Câmara quando for necessário prestar esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e diz-lhe sempre se ele quer prestar algum esclarecimento sobre os assuntos que são apresentados. Nalgumas situações o Senhor Presidente da Câmara só presta esclarecimentos quando são solicitados.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor dos membros do PS; quatro votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco Vieira; Rosa Borges e Pedro Monteiro e uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte membros presentes:

**1º** Aprovar a alteração do Regulamento para Atribuição do Cartão Municipal do Idoso na área do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

#### **PONTO Nº 18 – PROPOSTA – RATIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta para ratificação de deliberações da Câmara Municipal, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que é interpretação do Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores, com competência fiscalizadora das Autarquias Locais, patente, designadamente, na primeira Auditoria realizada a uma Empresa Municipal da Região Autónoma dos Açores que:

- O estatuto remuneratório dos membros dos órgãos sociais carece de aprovação pela Assembleia Municipal;
- A aprovação ou autorização de empréstimos carece, igualmente, de aprovação pela Assembleia Municipal;

Assim, entende esta Câmara Municipal, que deverão ser corrigidas as seguintes deliberações tomadas em suas reuniões abaixo referidas, submetendo-as para ratificação expressa da Assembleia Municipal:

- A deliberação datada de 7 de Julho de 2005, que aprovou o estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração e a remuneração do Fiscal Único da Empresa Municipal de Lagoa;
- A deliberação datada de 8 de Janeiro de 2007, que aprovou o estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração da Empresa Municipal de Lagoa;

- A deliberação datada de 5 de Junho de 2009, que autorizou a realização do empréstimo de longo prazo, no valor de 847.000,00 € para a empreitada de “Requalificação Urbanística da Baixa d’ Areia, na Caloura”;
- A deliberação datada de 24 de Setembro de 2009, que autorizou a realização do empréstimo de longo prazo, no valor de 1.130.000,00 € para a empreitada de “Construção da Pousada da Juventude da Atalhada - Lagoa”;
- A deliberação datada de 30 de Novembro de 2009, que aprovou o estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração e a remuneração do Fiscal Único da Empresa Municipal de Lagoa.

Junta se anexa cópia das respectivas deliberações.”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que vai votar contra, apesar de ser para legalizar uma situação que já deveria ter sido legalizada. Justificou que vai votar contra porque existe uma deliberação que aprovou o estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração e é contra essas remunerações e não pode compactuar com aquelas senhas de presença.

O membro Roberto Oliveira referiu que irá se abster porque é uma decisão da Câmara Municipal. Referiu que houve um critério para a determinação da remuneração da Presidente do Conselho de Administração da EML, de ser igual ao valor da remuneração de um Vereador a tempo inteiro e opinou, que também podia haver um critério para o valor das senhas de presença, por exemplo, ser igual ao valor das senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal. Acrescentou que os membros daquele Conselho de Administração fizeram parte das listas do PS para os Órgãos Autárquicos, portanto estão numa missão de serviço e também de confiança política.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que ninguém pôs “a carroça à frente dos bois”. A interpretação que a Câmara Municipal de Lagoa deu foi a mesma que todas as Câmaras Municipais deram e estamos a proceder de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas, a uma Auditoria que foi feita a uma Empresa Municipal da Câmara Municipal de Ponta Delgada, onde o Tribunal de Contas entende que deve ser o Órgão Deliberativo a aprovar aquelas matérias. Para no futuro não sermos surpreendidos, estamos a proceder de acordo com aquele entendimento.

Sobre a questão que o membro Roberto Oliveira colocou, informou que um Deputado Municipal, um Vereador não executivo e um membro do Conselho de Administração de uma Empresa Municipal, ocupam lugares diferentes e com funções distintas. Quando se fala numa senha de presença é a figura legal que existe. O que está em causa é a atribuição de uma compensação pelo serviço que é prestado e pela responsabilidade que decorre desse cargo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quinze votos a favor dos membros do PS; quatro votos contra dos membros: Paulo Jorge Borges; Francisco



Vieira; Rosa Borges e Pedro Monteiro e uma abstenção do membro Roberto Oliveira, dos vinte membros presentes:

**1º** Ratificar as referidas deliberações camarárias;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 19 – NOMEAÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO DE ILHA:**

Pelo Município de Ponta Delgada, foi presente o ofício nº 18743/2010 – 75/2010, de 15 de Setembro do ano em curso, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em conformidade com o Decreto Legislativo Regional nº 21/99/A, de 10 de Julho, solicita-se a V. Exa a indicação de quatro representantes dessa Assembleia Municipal, para efeitos de instalação do Conselho de Ilha.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que de acordo com o Regime Jurídico do Conselho de Ilha, os membros da Assembleia Municipal são eleitos por listas concorrentes, segundo o método da média mais alta de Hondt.

O membro Paulo Jorge Borges sugeriu que numa próxima situação, em que haja nomeações desta natureza, na altura da distribuição da Ordem de Trabalhos, fossem avisados que a eleição para determinado cargo é por lista ou nomeação, para estarem devidamente preparados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Lista A composta pelos quatro Presidentes de Juntas de Freguesia: Roberto Manuel Pereira de Sousa; Anabela da Silva Calisto; Durval Carlos Simas Faria e Albertina Maria da Costa Oliveira.

O membro Paulo Jorge Borges apresentou a Lista B composta pelos membros: Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Cláudia Maria Medeiros Galego e Paulo Jorge Soares de Amaral Borges.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por escrutínio secreto, com 14 (catorze) votos na Lista A e 5 (cinco) votos na Lista B, dos vinte membros presentes:

**1º** Designar os seguintes membros para integrarem o Conselho de Ilha:

- Roberto Manuel Pereira de Sousa;
- Anabela da Silva Calisto;
- Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia;
- Durval Carlos Simas Faria;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **PONTO Nº 20 – RELATÓRIO Nº19/2010 DO TRIBUNAL DE CONTAS À AUDITORIA À APLICAÇÃO DO POCAL – TRIBUNAL DE CONTAS:**

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício nº1573/2010-S.T. datado de 19 de Outubro do corrente ano emanado do Tribunal de Contas, enviando o Relatório nº19/2010 – FS/SRATC – Processo nº09/110.01 aprovado em sessão de 13 de Outubro do corrente ano, acompanhado da informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara, cujo teor abaixo se transcreve:

“Pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas foi enviado o ofício nº 1573/2010-S.T. de 19 de Outubro de 2010, remetendo o Relatório nº 19/2010 – FS/SRATC, Processo nº 09/110.01, aprovado em sessão de 13 de Outubro de 2010, relativo à Auditoria à Aplicação do POCAL.

As conclusões a que se refere o referido Relatório reportam-se à Gerência do ano de 2008, com base na informação prestada por esta Câmara Municipal em 5 de Junho do ano de 2009. Em 24 de Junho de 2010, através do ofício nº 3131, a Câmara Municipal pronunciou-se sobre as conclusões formuladas no Anteprojecto do Relatório.

Relativamente às principais conclusões do Relatório apresentado, informo o seguinte:

6.1. Sobre o Património do Município de Lagoa – Açores, os Serviços da Câmara Municipal, no ano de 2010, continuam a fazer um grande esforço no sentido de se proceder a avaliações e registos de bens que ainda não se encontram inventariados no Património Municipal, sendo este um trabalho moroso e que depende também dos Serviços da Repartição de Finanças, Conservatória do Registo Predial e Serviços Cadastrais. No ano de 2009, foi feito um grande trabalho em relação aos anos anteriores. No Balanço a 31-12-2009, na conta 422 – Edifícios e Outras Construções, o valor passou para 42.269.903,80 € quando em 31-12-2008 registava um valor de 17.956.673,88 €.

6.2. Já foi implementada a Contabilidade de Custos.

7. No Orçamento do Município de Lagoa – Açores, no ano de 2010, foram incluídos no Plano de Actividades Municipal, os montantes referentes às responsabilidades contratuais plurianuais já assumidos.

14.3. No ano de 2009, procedeu-se à correcção da rubrica de Imobilizações em curso, na qual se encontravam indevidamente registados bens já concluídos e afectos às actividades respectivas. Em consequência da referida correcção passou a conta 442 – Imobilizações em curso, em 31-12-2009, a apresentar o valor de 882.754,35 € quando em 31-12-2008 apresentava o valor de 8.051.669,68 €.

Do presente relatório deverá dar-se conhecimento à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea i) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que esta Auditoria foi feita a todos os Municípios da Região, à aplicação do POCAL. A Câmara Municipal pronunciou-se sobre as conclusões formuladas no Anteprojecto do Relatório. Entre a fase da apresentação do

Anteprojecto e a auditoria saiu um conjunto de recomendações que já tinham sido implementadas pela Câmara Municipal. A questão que ainda está por concluir é a situação do património. Houve um grande esforço no sentido de se proceder a avaliações e registos de bens no Património Municipal, sendo este um trabalho moroso e é a principal lacuna que é referida no Relatório. Não houve irregularidades, pelo que o Ministério Público arquivou o processo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório nº19/2010 – FS/SRATC – Processo nº 09/110.01, nos termos previstos na alínea i) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PONTO Nº 21 – NOTIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ARQUIVAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - AUDITORIA - APLICAÇÃO DO POCAL (PROCESSO Nº 09/110.01 – RELATÓRIO Nº19/2010 FS/SRATC):**

Pela Câmara Municipal foi presente ofício nº 1759, de 3 de Novembro de 2010 da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, que abaixo se transcreve:

“Fica, por este meio, V. Exa. notificado do despacho proferido, em 21 de Outubro de 2010, pela Digna Representante do Ministério Público, cuja cópia segue em anexo, no qual declara não requerer procedimento jurisdicional no âmbito do Processo acima referenciado.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da notificação de despacho de arquivamento do Ministério Público – Auditoria – Aplicação do POCAL (Processo nº 09/110.01 – Relatório nº 19/2010 FS/SRATC), nos termos previstos na alínea i) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção ao público e passou a palavra ao cidadão José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra, o cidadão José Fernando Carneiro Sousa apresentou cumprimentos a todos os presentes e perguntou se um cidadão apresentar alguma queixa ou denunciar uma situação se a Câmara Municipal faz um processo de averiguação ou processo de inquérito e se tem pessoal devidamente preparado para fazer esse serviço.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que quando são apresentadas queixas ou denúncias a Câmara procede de acordo com a sua competência e nos termos da Lei, excepto se for matéria que não seja da competência da Câmara ou se não tiver autorização para entrar numa propriedade, se houver recusa por parte do proprietário, sendo necessário neste caso um mandado judicial.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que a resposta dada pelo Senhor Presidente não é válida. É da responsabilidade da Câmara Municipal fazer um processo de averiguação ou de inquérito e têm poderes para isso, como também têm poderes para fiscalizar outras situações que estão na alçada da Câmara Municipal que é a situação que está a referir-se, segundo rege a Lei.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa colocou uma questão em termos gerais e respondeu em termos gerais. A Câmara Municipal utiliza os instrumentos legais, quando se trata de uma situação daquela natureza, agora quando se trata de uma queixa ou denúncia de algo que se passa no interior de uma habitação ou num espaço onde os Serviços de Fiscalização não têm condições de acesso ou não é autorizado o acesso, não podemos exercer o nosso direito, é necessário requerer uma autorização.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que aproveitando a presença do Senhor José Fernando Carneiro Sousa e atendendo que nesta Assembleia Municipal, já fomos muitas vezes sujeitos às suas intervenções, sobre o processo do Armazém de Gás, gostava de informar esta Assembleia Municipal, sobre a evolução daquele processo, com base num levantamento que foi feito pelos respectivos Serviços. Passou a ler o documento que abaixo se transcreve e se anexa à presente acta:

**1.** Processo começa com uma resposta, assinada, em 14/02/2007, pelo Vereador Durval Faria, a uma exposição apresentada sobre depósito de gás. Aquela resposta informa que foi solicitado parecer ao consultor jurídico (na altura Dr. Jorge Delfim).

**2.** 12/04/2007, Relatório da fiscalização (Germano Sousa), em resultado de solicitação feita pelo Vereador Durval Faria em consequência de denúncia de José Fernando Carneiro Sousa, que atesta que a exploração de gás não está licenciada e que haverá outros na mesma situação.

**3.** Em resultado de queixas do Sr. José Fernando Carneiro Sousa, que se iniciam em Março do ano de 2007, o Vereador Durval Faria solicita ao ITG, em 07/06/2007, vistoria ao local da exploração de gás e no dia, 29/06/2007, apresenta o seu relatório na qual atesta uma série de não conformidades com a Lei.

**4.** Vereador Durval Faria notifica, no dia 17/07/2007, o proprietário do parque do conteúdo do resultado da vistoria elaborada pelo ITG e impondo que seja entregue o processo de licenciamento.

**5.** A. C. Cymbron, S.A., envia ofício, a pedido do requerente no qual esclarece que até final do mês será entregue o processo de licenciamento do parque.

**6.** 25/07/2007, entrada, nos Serviços de Obras Particulares e Loteamentos participação das obras a realizar no parque.

**7.** 08/08/2007, comunicação de deferimento das requeridas obras, isentas de licenciamento.

- 8.** 21/09/2007, Fiscalização (Mário Varão) informa que o Sr. Dinis Rego concluiu as obras (para as quais havia sido notificado através desta Câmara).
- 9.** 9/10/2007, convocação dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, ITG, Fiscalização (Mário Varão), Eng. Andreia Delfim e A. C. Cymbron, S.A., (autor do projecto), para realização de vistoria ao local.
- 10.** Auto de vistoria em que se verifica que "o Parque de Armazenamento de Garrafas de GPL está em condições de poder funcionar desde que fique respeitado o nº de garrafas de GPL [72\_G26 (13kg) e 10\_G110 (55 kg)]".
- 11.** No mesmo auto de vistoria é requerido pedido de informação ao Jurista (Dr. João Sousa) para se aferir se o processo estava, do ponto de vista administrativo, em ordem. Esta informação foi prestada informalmente. Indica nomeadamente que se encontra em falta o documento comprovativo de seguro de responsabilidade civil.
- 12.** 22/01/2008, interpelação da Provedoria de Justiça sobre o processo "alegadamente ilegal" do armazém.
- 13.** 18/02/2008, notificação ao Sr. Dinis Rego de que o seguro de responsabilidade civil deveria ser de € 1.350.000,00.
- 14.** 25/02/2008, aprovação, em Reunião de Câmara Municipal, dos valores para emissão de apólice de seguro de responsabilidade civil.
- 15.** 29/02/2008, nova interpelação do Provedor de Justiça.
- 16.** 5/03/2008, notificação ao Sr. Dinis Rego a reformular o valor do seguro de responsabilidade civil para € 500.000,00, de acordo com a tabela entretanto aprovada.
- 17.** 10/03/2008, entrega, pelo Sr. Dinis Rego de comprovativo de seguro de responsabilidade civil no valor constante da segunda notificação.
- 18.** 11/03/2008, é emitida, a favor de Dinis Rego, a Licença de Utilização.
- 19.** 14/03/2008, resposta ao Provedor de Justiça.
- 20.** Informação da Provedoria de Justiça a comunicar que, no dia 31/10/2008, fará uma "visita" para consulta do processo e que irá deslocar ao local acompanhado dos elementos da vistoria.
- 21.** 10/02/2009, ofício endereçado pela Direcção Regional da Energia que nos remete cópias do processo recebido pela Inspeção Regional do Ambiente relativo a uma queixa apresentada junto do Ministério Público de Ponta Delgada por José Fernando Carneiro Sousa. Consta: Informação do Inspector Regional do Ambiente, Inquérito do Ministério Público, queixa ao Ministério Público, correspondência trocada com a CML.
- 22.** 27/02/2009, ofício endereçado ao Director de Serviços de Energia, da Direcção Regional da Energia a informar que o parque se encontra devidamente licenciado.

**23.**27/02/2009, ofício endereçado por José Fernando Sousa na qual, para “clarificação judicial” solicita informação relativa à quantidade de garrafas que existe no interior do armazém.

**24.**09/03/2009, resposta ao Sr. José Sousa a indicar que o armazém está licenciado com a capacidade para GPL [72\_G26 (13kg) e 10\_G110 (55kg)].

**25.**26/03/2009, ofício da Provedoria de Justiça que agradece a nossa colaboração e a informar que “ na situação em análise não seja respeitado um dos requisitos de distância mínima, tive por bons os pareceres técnicos apresentados, na certeza de que a autarquia não deixará de manter uma adequada fiscalização do armazém, garantindo o cumprimento de todas as questões legalmente fixadas, designadamente no que concerne à quantidade de garrafas existentes naquele espaço. (...) Sem embargo do que antecede, informo ainda, que conclui pela desnecessidade de realização de diligências adicionais no âmbito do processo oportunamente aberto neste órgão do Estado, ao abrigo da competência que me é conferida pelo artigo 33.º, da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril.”

**26.**5/05/2009, novo ofício do Sr. José Sousa a informar que o referido parque detém uma moto 4 no seu interior.

**27.**13/05/2009, ofício endereçado a José Sousa a informar que no espaço em causa não está autorizada a permanência de qualquer tipologia de viatura no seu interior.

**28.**25/05/2009, ofício endereçado por José Sousa e Dr. Eduardo Vieira, no qual é transmitido, nomeadamente, que foram adulteradas as medidas da área da garagem.

**29.**25/05/2009, resposta ao Dr. Eduardo Vieira a indicar que o parque está devidamente licenciado, cumprindo, portanto com todos os requisitos legais, que consta, termo de responsabilidade por técnico inscrito na Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia, que o licenciamento foi precedido de vistoria e que, após queixa à Provedoria de Justiça, esta concluiu, pelo arquivamento do Processo.

**30.**22/05/2009, ofício da Provedoria de Justiça a recomendar, “por uma questão cautelar a fim de evitar desnecessárias situações de alarme social” a realização de nova vistoria na qual participem entidades com responsabilidade fiscalizadora na matéria em apreço, com o intuito de reavaliação do cumprimento dos requisitos de segurança do estabelecimento em apreço.

**31.**02/06/2009, novo ofício do Sr. José Sousa, com referências a incidentes ocorridos com rebentamentos de garrafas de GPL no país.

**32.**09/06/2009, comunicação ao Provedor de Justiça da realização da nova vistoria, tal como solicitado.

**33.**Foi agendada, para o dia 22 de Junho, nova vistoria ao local com os mesmos intervenientes da primeira vistoria, mais o Dr. João Furtado Sousa. Foram feitas as respectivas convocatórias.

**34.**09/06/2009, resposta ao Sr. José Sousa quanto ao ofício datado de 02/06/2009.

**35.**22/06/2009, Auto de Vistoria em que o Arquitecto Duarte Nápoles, Fiscal Municipal Germano Sousa, Jurista da CML João Furtado Sousa, Engenheiro da A. C. Cymbron Paulo Manuel Tavares, Engenheiro do ITG Décio Cordeiro e o Comandante dos Bombeiros António Manuel Medeiros, concluem que o que "(...) aquilo que o munícipe reclamante denunciou como cave não se pode classificar como tal. Existe, de facto, um piso inferior (pequeno depósito) ao já identificado parque. Porém, este tem saída directa para o logradouro do prédio, conforme se comprova pela foto nº 2 que faz parte integrante do presente auto, pelo que, em rigor, se trata de um piso "semi-enterrado" que não constitui qualquer motivo de insegurança e não uma cave. No mais atestou-se, à semelhança da vistoria ocorrida em 17 do mês de Outubro de 2007, que o Parque de Armazenamento de Garrafas de GPL cumpre com a legislação estando, portanto, em condições de funcionar com o fim respeitado no seu alvará (...)".

**36.**05/07/2009, informação ao Provedor de Justiça do resultado da vistoria. (carta devolvida)

**37.** 22/07/2009, nova denúncia do Sr. José Sousa.

**38.**02/08/2009, carta dirigida a Dinis da Ponta Rego solicitando informação quanto à eventual permanência de ciclomotores no armazém de garrafas de GPL.

**39.**03/08/2009, resposta ao Sr. José Sousa, e informando, ainda, que "tendo em conta que a questão já foi devida, repetida e exaustivamente explicitada a V. Exa., informo que, ao abrigo do nº2 do artigo 9º do CPA, esta Câmara Municipal não irá mais se pronunciar sobre a matéria enquanto não forem invocados novos fundamentos."

**40.**03/08/2009, Informação do Provedor de Justiça quanto ao resultado da vistoria.

**41.**15/09/2009, nova denúncia do Sr. José Sousa.

**42.**29/10/2009, nova denúncia do Sr. José Sousa.

**43.**3/11/2009, ofício endereçado ao Sr. José Sousa.

**44.**9/04/2010, pedido de informação do Ministério Público quanto ao licenciamento e quais as dimensões da garagem, solicitando, ainda, certidão de toda a documentação relativa a tal licenciamento.

**45.**13/04/2010, resposta ao Ministério Público informando que o parque está licenciado, cumprindo, portanto, com todos os requisitos de segurança. É referido, ainda, as dimensões de frente e profundidade do parque e menção da vistoria realizada. Foi remetida cópia do processo que contém 304 páginas.

**46.**1/03/2010, ofício (desconhece-se quem é o remetente) na qual o Sr. José Sousa pede à Assembleia Legislativa Regional dos Açores para ser ouvido através de uma comissão política. Nesta carta consta uma descrição da situação e denuncia que foram alteradas as medidas da área da garagem, que a Câmara tem conhecimento de tudo e mesmo assim licenciou.

**47.14/09/2010** – Ministério Público de Ponta Delgada requer à CML que esclareça se temos conhecimento de já terem sido reparadas as não conformidades mencionadas no relatório do ITG, enviadas em anexo.

**48.22/09/2010** – Resposta ao MP, afirmando, em resumo, que o relatório do ITG, que não está datado, é anterior ao licenciamento e que, consequentemente, foram acatadas pelo requerente. Aliás, o ITG esteve em todas as posteriores vistorias efectuadas ao local. Foram enviados cópias dos autos de vistoria.”

No ponto 45 está referido “... Foi remetido cópia do processo que contém 304 páginas.” O Senhor Presidente Câmara comentou “que é mais pequeno que o processo da Casa Pia”.

O membro Paulo Jorge referiu que, em sua opinião, foi um comentário de mau gosto.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa disse que não é uma brincadeira, a situação daquele processo é um caso sério, até de morte. Expôs que não se fala da Casa Pia com ele, porque o Senhor Presidente não lhe conhece, só o conhece agora como Presidente da Câmara e não se brinca com coisas sérias. Referiu que não falou no processo do Armazém de Gás e não estava com essas intenções, o Senhor Presidente da Câmara é que falou sobre o assunto, e estava preparado, se soubesse também trazia as suas notas.

Referiu que o Senhor Presidente da Câmara citou que o Instituto Tecnológico do Gás esteve presente em todas as vistorias. O Instituto Tecnológico do Gás afirmou por escrito que nunca deu mais-valias para aquilo que ali existe. O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Dr. Eduardo Vieira e já deu conhecimento dessa carta em reunião da Câmara Municipal e é uma grande mentira quando o Senhor Presidente diz que autorizou e licenciou a devida garagem com o conhecimento e o aval do Instituto Tecnológico do Gás, quando o Instituto Tecnológico do Gás diz o contrário que nunca deu essa mais-valia. Se o Senhor Presidente da Câmara for sério e se quiser responder e dizer a verdade diga se é ou não verdade.

Mais referiu que o Senhor Presidente da Câmara afirmou que esteve o Senhor Comandante dos Bombeiros, ao que julga saber, o Comandante dos Bombeiros nunca faz vistorias e não é competência dele fazer essas vistorias. Sobre as medidas de segurança, como a Lei refere tem que haver uma distância necessária, desviada das residências e aquele Armazém não tem as medidas de segurança como dita a Lei. Adulteraram as medidas da garagem, 5 por 7 metros, e é mentira, aquela garagem não tem 7 metros de fundo. Referiu que já questionou, por várias vezes, se junto àquele aparato de garrafas de gás, se é digno estar uma moto-quatro, moto-cultivadoras e outros utensílios que podem ajudar à explosão de gás. A Câmara Municipal praticamente só diz, não faças isso, não faças aquilo e isso não é o que a Lei prevê, se há insegurança, deve ser selado e a Câmara nunca fez isso. Não veio a essa sessão com intenção de falar sobre este assunto, veio perguntar se a Câmara Municipal instaurava processos porque até agora não viu nada.



O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que gostava de esclarecer dois pontos. Não quis ofender ninguém em relação ao processo da Casa Pia, a única coisa que fez, foi uma referência que este processo tinha 304 páginas, que era menos que o processo da Casa Pia, não quis dizer mais nada, só em relação ao tamanho do processo.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que foi um comentário pesado e sente-se ofendido com isso.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa fez umas insinuações, se o Senhor Presidente for sério, e respondeu que é uma pessoa séria. Referiu que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa várias vezes veio a esta Assembleia Municipal falar sobre o processo do Armazém de Gás e não era correcto da sua parte, fazer a leitura do documento, sem o Senhor José Fernando Carneiro Sousa estar presente, seria uma falta de ética. Justificou, como o Senhor José Fernando Carneiro Sousa se encontra presente, apresentou o resumo do processo que já estava preparado há algum tempo, para esta Assembleia Municipal ficar esclarecida em relação a este processo, atendendo, que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa já levantou, por várias vezes, questões técnicas e que não tinha a resposta para dar, uma vez que o processo foi sempre conduzido pelo Vereador Durval Faria. Foi um processo que se iniciou em 14-2-2007, tem 304 páginas e o seu objectivo foi dar conhecimento à Assembleia Municipal porque o Senhor José Fernando já levantou várias questões, fez acusações e às vezes até ofendeu.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que nunca ofendeu o Senhor Presidente da Câmara, só disse para o Senhor Presidente ser verdadeiro, já lhe mostrou a carta que o Senhor Presidente respondeu e se soubesse que se ia falar nesta Assembleia Municipal, neste assunto, tinha trazido a carta e perguntou se foi verdade ou mentira que escreveu uma carta a dizer que o Instituto Tecnológico do Gás aprovou aquele Armazém de Gás.

O Senhor Presidente da Câmara informou que por dia assina muitos ofícios e não é possível recordar-se de todos os processos.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa disse que, pelo menos, uma vez na vida, o Senhor Presidente da Câmara fosse digno e dissesse se foi verdade ou mentira.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não lhe admitia esse tipo de ofensas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de intervenção ao público.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo dezoito horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---